

**PERSPECTIVAS SOBRE O
ESTÁGIO CURRICULAR
OBRIGATÓRIO NA
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM
TEMPOS DE PANDEMIA**

**PERSPECTIVES ON THE
MANDATORY CURRICULAR
INTERNSHIP IN DISTANCE
EDUCATION IN PANDEMIC
TIMES**

*Márcia Maria Silva Peixoto (Ma.)**



Imperatriz (MA), v. 5, n. 8, p. 106-111, jan./jun. 2023
ISSN 2675-0805

Recebido em: 31 de janeiro de 2023
Aprovado em: 16 de junho de 2023

RESUMO

O presente relato de experiência apresenta as vivências experimentadas durante a realização da Segunda Licenciatura em Pedagogia realizada na modalidade EAD, em uma instituição de ensino particular, no período da pandemia, em 2021. Fazemos aqui as considerações sobre a constituição do curso e a modalidade no que diz respeito ao processo formativo dedicado ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, sua relevância para o processo formativo do professor e as relações entre teoria e prática em meio ao contexto pandêmico mundial que exigiu readequações e ajustes nas constituições dos cursos. Ao longo do texto, destacamos as bases legais nas quais se fundamenta essa etapa do estágio supervisionado, as especificidades no contexto da oferta da modalidade a distância e a aplicabilidade dos requisitos formativos necessários para os discentes em meio ao período pandêmico. Concluimos, por fim, que os possíveis prejuízos causados pelas ausências de práticas acadêmicas presenciais são uma lacuna na formação acadêmica que precisa de estratégias para serem superadas na prática pedagógica e docente.

Palavras-Chave: Estágio Curricular Supervisionado. Pedagogia. Educação a Distância. Pandemia.

¹ Mestre em Ensino de Humanidades - IFES (02/07/2019) Licenciatura Plena História pelo Centro Universitário São Camilo - ES (2009). Graduação em Geografia pela FANAN (2015). Licenciatura em Pedagogia - UniFCV (2021). Especialista em Informática na Educação pelo IFES. Especialista em Educação Profissional pelo IFES. Pós-Graduada em Práticas e Dinâmicas do Ensino Superior pela FASE. Docente de História do Ensino Fundamental (6º ao 9º) e EJA no Município de Marataízes - ES (atual). Atuações como Tutora Presencial do Curso de Licenciatura em História-EAD - Ufes na UAB - Itapemirim - ES (2015-2017) e Tutora presencial do curso de Aperfeiçoamento em Educação nas Relações Étnico-raciais UAB/UFES - Cachoeiro de Itapemirim (2011). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Itapemirim e Marataízes - IHGIM. E-mail: ABSTRACTmarcinhapeixoto@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3540-6775.

ABSTRACT

This experience report presents the experiences experienced during the completion of the Second Degree in Pedagogy carried out in the distance learning modality, in a private teaching institution, during the pandemic period in 2021. Concerns the training process dedicated to the Mandatory Curricular Internship, its relevance to the teacher's training process and the relationship between theory and practice in the midst of the global pandemic context that required readjustments and adjustments in the course constitutions. Throughout the text, we highlight the legal bases on which this stage of the supervised internship is based, the specificities in the context of offering the distance modality and the applicability of the training requirements necessary for students in the midst of the pandemic period. Finally, it is concluded that the possible losses caused by the absence of face-to-face academic practices are a gap in academic training that needs strategies to be overcome in pedagogical and teaching practice.

Keywords: Curricular Internship. Pedagogy. Distance Education. Pandemic.

1 Introdução

A opção pelo curso de Licenciatura em Pedagogia aconteceu décadas depois de já ser formada em Licenciatura Plena em História, ter Licenciatura em Geografia e ser mestra em Ensino de Humanidades. Nesta nova graduação, a escolha foi por uma licenciatura na modalidade à distância, com a opção de aproveitamento de estudos, por julgar mais eficaz para agregar conhecimentos por meio de uma nova graduação que julgava pertinente para a continuidade da nossa formação profissional e pessoal.

A experiência com a educação a distância, tanto na condição de aluna como de professora, trouxe segurança e objetividade nos estudos, pois a dinâmica do ensino nessa modalidade torna-se eficaz se considerarmos as perspectivas autoinstrutivas, as ferramentas de interação, o ambiente virtual de ensino e o acesso ao conteúdo de aprendizagem como recursos dinâmicos e produtivos de ensino/aprendizagem (KENSKI, 2007). Contudo, essa prerrogativa não é para todos os perfis de aluno, pois é uma modalidade que exige compromisso, dedicação e a adoção de agenda de rotinas de estudo que garanta alcançar êxitos nesse formato educacional.

No entanto, nem toda experiência vivida como estudante de cursos da modalidade EAD e de professora formadora, foram suficientes diante de uma conjuntura pandêmica que desestabilizou toda uma já consolidada forma de aprender e suas diversas formas de acesso à educação. A Pandemia de Covid-19, que nos atingiu em março de 2020, colocou em xeque todas as estruturas em vários aspectos de nossas vidas – saúde, política, segurança, educação –, sem contar os aspectos emocionais em que fomos afetados.

Mas se a Educação a Distância já estava consolidada como alternativa de acessibilidade ao ensino, nesse novo cenário pandêmico, estaria em total análise e ressignificação, posto que suas principais ferramentas de ensino

seriam, dali em diante, a única via de acesso, comunicação e contato das pessoas com o mundo externo.

Nesse contexto, iniciamos uma segunda graduação a distância com a intenção de direcionar os esforços de pesquisa e atuação para o fazer pedagógico e suas bases teóricas. A Pedagogia se apresentou como mais uma base para uma carreira docente que se amplia para o estudo, a pesquisa e as práticas educacionais. O ponto de reflexão em que nos debruçaremos nesta jornada são os processos formativos que se consolidam por meio das práticas desenvolvidas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Assim, faremos uma análise da relevância que o Estágio Supervisionado apresenta dentro do processo formativo dos docentes, discutiremos a vivência das alternativas regulamentadas para atingir as horas exigidas pela resolução e regulamentação da disciplina e refletiremos sobre as dificuldades impostas pela pandemia nessa fase da formação.

2 Formação em licenciaturas

Em um breve histórico, podemos identificar que a formação de profissionais das licenciaturas é uma preocupação brasileira desde os idos da década de 1930, influenciada pela criação dos grandes cursos de licenciatura, conforme nos apresenta Piconez (2015). Uma preocupação que, segundo o autor, estendeu-se em não apenas formar teoricamente os professores, mas também confrontar essa teoria com as práticas da profissão, de maneira que as duas se consolidassem durante o processo de formação desse profissional (CANANÉA, 2012). Para o autor, os momentos de experiência entre teoria e prática, oportunizados pelos Estágios Curriculares Supervisionados poderiam promover a consolidação dos conhecimentos teóricos para os futuros professores e realinhar sua própria maneira de conduzir a didática em seu trabalho na sala de aula. Portanto, sendo a escola um ambiente de realização da prática, é o lócus que contribui para completar a formação do futuro professor.

Segundo Libâneo (1990), é no ambiente escolar que o aluno terá contato direto com atividades reais, e nela se pode observar e fazer parte do movimento didático-pedagógico, bem como identificar os conhecimentos teóricos apreendidos durante os estudos teóricos em contato direto com o fazer da escola. Nesse sentido, a expectativa de chegar a essa fase do processo formativo, já se fazia frustrada, pois, durante a pandemia, a faculdade estava sob regimento de uma resolução interna da reitoria que concentrava as atividades de Estágio Curricular no ambiente Moodle.

Sendo uma obrigatoriedade garantida por lei (BRASIL, 2006), a oferta da disciplina, bem como a obrigatoriedade das atividades, dos relatórios e das entrevistas foram mantidas. Incluímos que muitas das atividades foram desenvolvidas com a perspectiva de quem já está inserida da realidade e na vivência da escola, embora lecionemos em turmas das séries finais do Ensino Fundamental. No entanto, as experiências do encontro das teorias de alfabetização, por exemplo, não foram oportunizadas.

Dessa forma, consideramos de suma importância a realização do Estágio Curricular Supervisionado em todos os Cursos de Licenciatura. No caso do curso de Pedagogia, o estágio supervisionado está diretamente associado aos conteúdos teóricos e às práticas como obrigatoriedade na sua formação acadêmica (BRASIL, 1996). Para tanto, Freire (1996) salienta que para atuar na licenciatura o (a) professor (a) precisa percorrer um caminho pedagógico. Um caminho pautado na reflexão crítica de seu fazer docente. Defende, ainda que, na formação dos licenciados, só a práxis poderá oportunizar meios para que, através da reflexão-ação-reflexão de seu fazer docente ao longo de sua atuação profissional, eles possam promover para os seus alunos um processo de ensino e aprendizagem adequado (FREIRE, 1996).

3 Reflexões sobre o estágio obrigatório

Desse modo, fazer a reflexão sobre o estágio no curso de Pedagogia não foi e não é uma tarefa fácil. Temos aqui o desafio da modalidade a distância em estabelecer dispositivos que garantam efetivamente o cumprimento da disciplina em sua obrigatoriedade, mas que, convenhamos, dá brechas para que um cumprimento não satisfatório possa ocorrer. Não falamos neste momento do contexto atípico da pandemia de Covid-19, mas de outras experiências, nas quais pudemos observar que o cumprimento do Estágio Obrigatório Supervisionado é tratado como etapa secundária da formação docente.

Se houve, no contexto da história do curso de Pedagogia, uma despreocupação com o estágio supervisionado, nos cursos à distância, a situação parece-nos ainda mais grave. Segundo Piconez (1991), as preocupações sobre como são realizados os estágios supervisionados nos cursos à distância, ainda é campo de pesquisa pouco conhecido.

Contudo, é fato que os estágios nos cursos de Pedagogia a distância percorrem caminhos semelhantes aos apresentados nos cursos presenciais. Azevedo (1980) aponta que, no curso de Pedagogia, sempre esteve presente uma postura que enxergava no estágio curricular um caráter complementar ou suplementar, estando sempre posto ao final do percurso formativo, após os estudos teóricos, promovendo e reforçando, assim, a existência de uma dicotomia entre a teoria e prática.

Para Piconez (1991), essa organização da grade curricular na qual os estágios estão em um lugar de suplementação impede que as reflexões sobre a prática sejam discutidas e reconstruídas juntamente com a base teórica no processo formativo dos alunos e em parceria com seus professores. No caso da Educação a Distância, por exemplo, essas discussões não podem sequer ser oportunizadas, pois a metodologia assíncrona das ferramentas de comunicação inviabiliza os debates e discussões acerca de determinados temas. Outra especificidade é que cada discente segue sua trilha de formação individualizada com aulas gravadas e material didático digital, não havendo um fluxo constante de fóruns de debates e/ou vídeo conferências, ferramentas muito utilizadas na modalidade EAD.

Compreendemos que a EAD é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, na qual está regulamentado o sistema educacional brasileiro em suas esferas pública e privada. Essa lei reafirma o direito do indivíduo à educação desde o nível básico até o ensino superior. Em seu artigo 80, é assegurado que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como de educação continuada. Desse modo, na modalidade EAD, os alunos e os professores estão conectados através das tecnologias de comunicação e informação mediados por um ambiente virtual, no entanto estabelecem pouco ou nenhum contato presencial. O aluno planeja com flexibilidade seus horários de estudo e suas pesquisas, conciliando as atividades do estudo com seu trabalho, família e outras áreas de suas vidas.

Pimenta e Lima (2010), em seus estudos sobre o estágio e docência, destacam que a identidade do professor é construída ao longo de sua trajetória no magistério. Portanto, é no seu processo formativo que vão se consolidar e se legitimar as teorias e práticas desenvolvidas durante seu curso. Dessa forma, compreendemos o momento do estágio supervisionado como fundamental para um processo formativo crítico e reflexivo. Um espaço que contribui para a construção e o fortalecimento da identidade do professor.

Sobre a regulamentação do Estágio Supervisionado do parecer 27/2001, vemos:

O estágio obrigatório definido por lei deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve, de acordo com o projeto pedagógico próprio, desenvolver-se a partir do início da segunda metade do curso, reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses tempos na escola devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores (BRASIL, PARECER CNE/CP 27/2001).

Esse parecer destaca que a vivência do estágio deve ocorrer ao longo do curso, promovendo o envolvimento com as diversas dimensões da atuação na escola e o planejamento em conjunto com a escola escolhida para ser campo de atuação, entre outras dinâmicas que incluem os alunos, os professores parceiros e o discente em formação pedagógica.

4 A experiência de formação e os impactos da pandemia de Covid-19

Ao longo de nossa trajetória formativa na educação, tivemos a oportunidade de experimentar uma formação acadêmica presencial e suas normativas comuns nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado que incluíram estudos teóricos e, em sequência, a prática do estágio in loco nas escolas. A legislação vigente e as resoluções de adequação do estágio supervisionado obrigatório foram atendidas na grade curricular do curso de Licenciatura em História.

Posteriormente, houve a oportunidade de realizar a Segunda Licenciatura no ensino de Geografia na modalidade EAD, com as prerrogativas de dispensa de disciplinas. No entanto, a disciplina de Estágio Supervisionado estava disponível em na plataforma e foi concluída com as atividades propostas, que incluíam relatórios de observação, regência, gestão e participação nas atividades escolares da escola parceira para o Estágio.

Na ocasião da realização da Licenciatura em Pedagogia, novamente foi feita a opção por uma graduação na modalidade EAD e, mais uma vez, conseguimos dispensa de disciplinas da licenciatura correlacionadas à grade do curso. Durante a trajetória de pesquisa e ensino nessa licenciatura percebemos que os conhecimentos dessa graduação seriam relevantes para nossa formação e pesquisa na área da educação e, efetivamente, em nossas práticas docentes.

Contudo, a expectativa pela fase do estágio supervisionado in loco foi frustrada pelas restrições impostas no período pandêmico de COVID-19. No ano de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a Pandemia da Covid-19 (causada pelo coronavírus Sars-Cov-2). Em consequência do decreto, inúmeras medidas foram tomadas por vários setores, além da saúde, para impedir o contágio ou retardar a contaminação. A educação, por sua vez, suspendeu suas atividades escolares e, mais tarde, foram regulamentados decretos e resoluções com o intuito de orientar as instituições de ensino em como adaptar e conduzir suas variadas atividades.

É preciso destacar que a modalidade EAD que optamos para realizar a graduação em Pedagogia não se tratava de instituição com modelo de aulas remoto emergencial, como vimos ser amplamente utilizadas durante a pandemia em diversas etapas e instituições educacionais. Desse modo, a metodologia dessa modalidade de ensino era a tradicional com aulas gravadas, material didático digital, atividades, provas, fóruns para dúvidas e chat para contato com tutores a distância.

As atividades presenciais propostas na grade curricular foram reestruturadas para que as horas da disciplina fossem cumpridas, embora não fossem exigidas no período da pandemia, uma vez que estavam amparadas pelas resoluções sanitárias do Ministério da Saúde e pelas resoluções da reitoria da faculdade. Essas atividades consistiram em exercícios, análise de textos, estudo de casos e elaboração de planos de trabalho e sequências didáticas realizados na plataforma Moodle. Dessa forma, a dinâmica ficou marcada por atividades que simulavam situações reais de trabalho no ambiente escolar, presumindo situações pertinentes à gestão escolar, regência de classe e elaboração de sequências didáticas entre outros.

Destacamos, novamente, que nossa experiência pessoal tornou o processo mais fácil, no entanto não foi possível atuar principalmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, que eram o foco do nosso estudo dos conceitos pedagógicos.

No desenvolvimento da disciplina, cumprimos as atividades, postamos as ações de estudos e relatórios, com a perspectiva de quem conhece o mínimo do cotidiano escolar, mas acreditamos que não tenha sido o suficiente para uma adequada formação docente em Pedagogia. Nosso exercício formativo focou em olhar para o fazer docente pela ótica das teorias da grade curricular e projetar essas considerações teóricas para as etapas de ensino que correspondem às séries da educação infantil e aos primeiros anos do ensino fundamental.

5 Considerações Finais

Acreditamos que a formação docente deve estar comprometida com os interesses e necessidades da comunidade escolar, incluindo professores, alunos e familiares. Desse modo, temos clareza sobre as demandas formativas que podem não ser atendidas em decorrência de fatores externos como a falta de condições humanas, materiais, suspensão de atividades e restrições sociais que porventura podem assolar nossas vidas. Nosso trabalho é uma prática social, nesse sentido, sendo o professor um ser inacabado, seu processo de construção e formação é contínuo. Assim, sendo o estágio um ato educativo que prepara para o fazer docente, o professor em formação estará sempre convidado a refletir sobre sua prática frente às considerações teóricas e conceituais do ensino e da aprendizagem.

Consideramos que o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é uma fase fundamental para a formação dos pedagogos licenciados, pois favorece o desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para seu fazer. É uma etapa do processo de formação, que permite ao docente ajustar sua prática profissional ainda durante a sua graduação, por meio de reflexões sobre a teoria e conexões com a ação, além de avaliações e ressignificações de sua prática e, se preciso, adequações de suas ações dentro do próprio processo formativo.

Concluimos que, apesar dos esforços e empenho dedicados às atividades substitutas na disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório durante o período da pandemia de Covid-19, houve lacunas deixadas pelas ausências de práticas acadêmicas presenciais e da dinâmica de aprendizado que se estabelece por meio delas. Contudo, acreditamos que elas podem ser superadas por meio do exercício docente com estratégias que incluam a imersão nas práticas que não foram oportunizadas durante o período de estágio.

Por fim, ressaltamos que, além de exigir um interesse pessoal nas áreas da docência e da gestão pedagógica como parte de um fazer profissional, essa experiência salientou a necessidade de reinvenção e de resiliência no sentido de ressignificar nossos processos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, L. M. F. de. **O estágio supervisionado: uma análise crítica.** 1980. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 27, de 02 de outubro de 2001.** Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/o27.pdf>. Acesso em: 14 novembro de 2022.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1,** de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC/CNE, 2006.
- CANANÉA, Fernando A. Abath L. Cardoso. Supervisão escolar: o delicado processo de atualização do fazer profissional. *In:* CANANÉA, Fernando, A. A. L. Cardoso (Org.) **Educação Dialogada.** João Pessoa: Imprell, 2012. p. 95-108.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 [Coleção Leitura].
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Papirus, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1990.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. *In:* PÍCONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 24. ed. São Paulo: Papirus, 2015. p. 13-34.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.